

CORREIO NACIONAL



Antônio Cruz/Agência Brasil

Desmatamento cai no Cerrado e sobe na Amazônia

O bioma Amazônia registrou, ao longo dos últimos 12 meses, aumento de 4% nos alertas de desmatamento, emitidos em um total de 4.495 quilômetros quadrados (km²), contra 4.321 km² no período anterior. Apesar do crescimento, o resultado é o segundo menor da série histórica. A medição para o bioma Cerrado registrou queda de 20,8%, com alertas em um total de 5.555 km² contra 7.014 km² no período anterior. No Pantanal, a redução

no desmatamento foi de 72%, com 319 km² contra 1.148 km² no período anterior. O bioma também registrou queda de 9% nos focos de incêndios, com 16.125 km² contra 17.646 km² no período anterior. Os dados da temporada 2024/2025, coletados de agosto de 2024 a julho de 2025, foram apresentados nesta quinta-feira (7) pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, estava presente na divulgação.

Covid-19 em alta no Ceará e no Rio

Os casos de síndrome respiratória aguda grave entre as crianças associados ao vírus sincicial respiratório permanecem em níveis elevados na maioria dos estados do país. O boletim semanal InfoGripe divulgado nesta quinta pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) aponta também que os casos de

covid-19 seguem aumentando no Ceará e voltaram a crescer no Rio de Janeiro. Na Bahia, também foi observado o aumento das hospitalizações em crianças e adolescentes, em decorrência do rinovírus. O estudo apresenta um cenário de manutenção da tendência de queda dos casos de SRAG.

86 mil denúncias de violência

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 registrou 86.025 denúncias de violência contra mulheres de janeiro a 31 de julho de 2025. Este tipo de atendimento aparece em terceiro lugar entre os 594.118 registrados pelos cerca de 300 atendentes da central no período. Os pedidos de informação

lideram os atendimentos no serviço gratuito coordenado pelo Ministério das Mulheres. Ao receber a ligação, a central faz o registro e encaminha as denúncias de violência aos órgãos competentes nos estados, no Distrito Federal e nos municípios e, também orienta sobre direitos das mulheres.

Conferência das Mulheres Indígenas

A 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas chegou ao fim na quarta, em Brasília, com uma série de anúncios voltados ao fortalecimento dos direitos, da autonomia e da presença política das mulheres indígenas no Brasil. Diante de uma plenária repleta de lideranças de todos os biomas e regi-

ões do país, foram oficializadas três iniciativas que abrem caminho para uma nova etapa na formulação de políticas públicas construídas com escuta, participação e protagonismo indígena. A principal iniciativa foi a criação do Grupo de Trabalho responsável por consolidar as propostas construídas.

100 brasileiros repatriados

O Governo Federal realizou, na quinta, mais uma operação de recepção humanitária para acolher brasileiros repatriados dos Estados Unidos. A ação interministerial, parte do recém-lançado programa “Aqui é Brasil”, coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da

Cidadania, recebeu 100 pessoas no Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins (MG), por volta das 14h. Dos 100 brasileiros acolhidos, 95% são homens desacompanhados e 5% são mulheres desacompanhadas, sem registro de casos médicos ou situações judiciais.

Medidas contra chamadas abusivas

Na reunião realizada na quinta-feira (7/8), o Conselho Diretor da Anatel aprovou novas medidas para coibir práticas abusivas na realização de chamadas telefônicas em massa. A decisão determina o uso obrigatório do processo de autenticação de cha-

madas para contratantes de serviços de telefonia que realizem mais de 500 mil chamadas por mês, reforçando o compromisso da Agência com a proteção do consumidor e a integridade das redes. O serviço Origem Verificada será utilizado em duas frentes.

Fiocruz acorda produção de canetas emagrecedoras

Parceria permitirá produção de liraglutida e semaglutida

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a farmacêutica EMS firmaram dois acordos de parceria para a produção de liraglutida e de semaglutida, princípios ativos de medicamentos agonistas GLP-1, popularmente conhecidos como canetas emagrecedoras. Em nota conjunta, a Fiocruz e a EMS informaram que os acordos estabelecem a transferência de tecnologia da síntese do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) e do medicamento final para Farmanguinhos, unidade técnico-científica da Fiocruz. Inicialmente, a produção dos medicamentos será realizada na fábrica da EMS em Hortolândia (SP) até que toda a tecnologia de produção seja transferida para o Complexo Tecnológico de Medicamentos de Farmanguinhos, no Rio de Janeiro.



Freepik

“As injeções subcutâneas oferecem uma abordagem de alta eficácia e são consideradas inovadoras para o tratamento de diabetes e obesidade, marcando mais um avanço significativo da indústria nacional no desenvolvimento de soluções de alta complexidade”, destacou o comunicado. Para a EMS, os acordos representam um marco histórico para a indústria farmacêutica brasileira. A Fiocruz destacou que unir forças com parceiros públicos e privados permite somar excelência e inovação e ampliar seu portfólio de produção. A Farmanguinhos citou que a produção inaugura a estratégia da Fiocruz de se preparar também para a produção de medicamentos injetáveis, com

Inicialmente, a produção dos medicamentos será realizada na fábrica da EMS

a possibilidade de incorporação de uma nova forma farmacêutica, além de fortalecer o Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Desde junho, farmácias e drogarias começaram a reter receitas de canetas emagrecedoras. Além da semaglutida e da liraglutida, a categoria inclui ainda a dulaglutida, a exenatida, a tirzepatida e a lixisenatida. A decisão por um controle mais rigoroso na prescrição e na dispensação desse tipo de medicamento foi tomada pela diretoria colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em abril e entrou em vigor 60 dias após a publicação no Diário Oficial da União. Em nota, a agência informou que a medida tem como objetivo proteger a saúde da população brasileira, “especialmente porque foi obser-

vado um número elevado de eventos adversos relacionados ao uso desses medicamentos fora das indicações aprovadas pela Anvisa”. A retenção do receituário de canetas emagrecedoras era defendida por entidades como a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, a Sociedade Brasileira de Diabetes e a Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. Em nota aberta, elas citam que o uso indiscriminado desse tipo de medicamento gera preocupações quanto à saúde da população e ao acesso de pacientes que realmente necessitam desse tipo de tratamento. “A venda de agonistas de GLP-1 sem receita médica, apesar de irregular, é frequente. A legislação vigente exige receita médica para a dispensação des-

tes medicamentos, porém, não a retenção da mesma [receita] pelas farmácias. Essa lacuna facilita o acesso indiscriminado e a automedicação, expondo indivíduos a riscos desnecessários”, destacou o documento. Em junho, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) abriu consulta pública para receber opiniões da população a respeito da inclusão da semaglutida nos serviços públicos de saúde. Manifestações sobre o tema foram recebidas até o dia 30 de junho. As contribuições vão ajudar a embasar um parecer da comissão, recomendando ou não que o medicamento seja incorporado ao SUS. A avaliação da Conitec foi solicitada pela Novo Nordisk, farmacêutica fabricante do Wegovy.

Meta de elevar financiamento para florestas

O financiamento climático é um dos temas centrais das negociações entre países que participarão da COP30 – a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – em Belém, em novembro deste ano. Países em desenvolvimento tentam captar pelo menos US\$ 1,3 trilhão por ano em recursos das nações mais ricas. No caso do Brasil, os desafios são maiores na captação de financiamento para as florestas. É o que mostra estudo publicado esta semana pelo Climate Policy Initiative, organização filiada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CPI/PUC-Rio). Apenas 2% dos recursos internacionais recebidos pelo país foram para esses ecossistemas.



Fernando Frazão/Agência Brasil

2% dos recursos externos foram para ecossistemas

“Investimentos em mitigação são menos viáveis comercialmente e envolvem períodos de retorno do investimento mais longos ou dinâmicas complexas de uso da terra. No entanto, o financiamento para esse setor tem aumentado no mundo (em torno de 286% entre 2018 e 2023, segundo estudo do Climate Policy Initiative), apoiado, principalmente, pelo financiamento público e concessional, mostrando que existe um interesse crescente em soluções climáticas baseadas na natureza”, salienta Chiavari. A pesquisa do CPI/PUC-Rio mostra que o Brasil recebeu R\$ 26,6 bilhões/ano de financiamento climático internacional entre 2021 e 2022. O

número é 84% maior do que o registrado no período anterior, entre 2019 e 2020. O resultado brasileiro ficou acima da média global de financiamento climático, que acusou crescimento de 28% (aumento de US\$ 158 bilhões para US\$ 203 bilhões). Os pesquisadores destacam que o cenário foi positivo, dado o contexto de retomada da economia depois da pandemia de Covid-19 e da gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, que distanciou o país das discussões de política climática internacional. Os pesquisadores detalharam a região de origem, o tipo de instituição que destinou o recurso, o instrumento utilizado no financiamento, o setor beneficiado e o uso climático.

Operação nacional contra feminicídio

A Operação Shamar, de combate à violência contra a mulher, já contabiliza 387 prisões de autores de feminicídio e violência doméstica entre o dia 1º de agosto, quando teve início a ação, e as 12h desta quinta-feira (7). No período, 2.518 vítimas foram atendidas e 314 medidas protetivas de urgência foram solicitadas.

A operação, do governo federal, ocorre em todo território nacional e conta com 16.508 agentes de segurança. Nesta quinta-feira (7), quando ocorreu o “Dia D” da mobilização nacional de combate à violência contra a mulher, é lembrado o aniversário da Lei Maria da Penha, que completa 19 anos de sua promulgação. As ações da operação seguem até o dia 4 de setembro. O resultado da operação foi divulgado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). O investimento total, de R\$ 2 milhões, ocorreu por meio do aporte de diárias de policiais civis e militares para deslocamento com o objetivo de cumprir mandados de busca e apreensão e de prisão de acusados de feminicídio e de violência doméstica, sobretudo onde não há delegacia especializada.